



# ESTADO DO PARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAIS

Em atendimento às exigências contidas no inciso III do art. 104 e do artigo 117 da Lei nº. 14.133 de 2021 ficam designados os servidores abaixo relacionados para serem fiscais de contrato, representantes da Administração Municipal, nas atas de registro de preços e contratos celebrados oriundos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026**, referente a **EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM PLANTIO DE GRAMA NAS LATERAIS DA VIA, READEQUAÇÃO DE BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO ARMADO E IMPLANTAÇÃO DE ADUELA DE CONCRETO ARMADO, EM ESTRADA RURAL SMI 223, A QUAL INTERLIGA A ESTRADA RURAL SMI 121 À ESTRADA RURAL SMI 117**. O trecho constitui o principal acesso à Unidade de Valorização de Recicláveis do Município de São Miguel do Iguaçu – PR.

#### SEGUE AS ATRIBUIÇÕES E DOS FISCAIS DE CONTRATO:

**Art. 138. São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras:**

- I - Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;
- II - Manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
- III - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
- IV - Acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;
- V - Notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;
- VI - Ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;
- VII - encaminhar pedido para instauração de processo administrativo sancionador;
- VIII - outras atividades compatíveis com a função.

**Art. 141. São atribuições do fiscal de contrato, entre outras:**

- I - Fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;
- II - Apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;
- III - nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas;
- IV - Explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;
- V - Realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;
- VI - avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;
- VII - determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- IX - Determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;
- X - Registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;
- XI - manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a



# ESTADO DO PARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

resolução de problemas na execução do contrato;

XII - manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;

XIII - verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;

XIV - requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XV - Conferir as notas fiscais emitidas;

XVI - receber provisoriamente o objeto do contrato; e

XVII - comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contratada.

XVIII - tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;

§ 1º Para os objetos de maior complexidade, o agente público indicado como fiscal, preferencialmente, acompanhará a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre os aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.

§ 2º Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual

§ 3º Para aplicação do inciso III, nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva comuns a mais de uma demandante a fiscalização administrativa será realizada pela gestão de contratos.

**Observação: Confirmamos que tivemos conhecimento dos dispositivos contidos nos Artigos 134 aos 155 do Decreto Municipal 115/2023, datado de 16 de fevereiro de 2023. Estamos cientes das disposições regulamentares presentes nesses artigos e incorporaremos as diretrizes estabelecidas em nosso trabalho de acordo com as respectivas exigências.**



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

São Miguel do Iguaçu, 28 de janeiro de 2026

**GESTOR DE CONTRATO**

---

**Egon Remor**

Secretário Municipal de Agricultura  
Matrícula: 41986350

**FISCAL ADMINISTRATIVO**

---

**Jean Carlo Andrade**

Matrícula: 180402

**FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO**

---

**Sandra Schweig**

Matrícula: 91986871

**FISCAL TÉCNICO**

---

**Jeferson Ricardo Carvalho**

**CREA-PR 91504/D**

Matrícula: 4438392